

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

MEIO AMBIENTE — PRESERVAÇÃO - MEIO AMBIENTE URBANO - URBANIZAÇÃO DE FAIXA DE MARINHA - LITORAL

EMENTA

CENTRO DAS PROMOTORIAS DA COLETIVIDADE COORDENADORIA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA E ACIDENTES DO TRABALHO DA COMARCA DA CAPITAL. O Ministério Público Estadual, por seu representante firmatário, com base no artigo 129, III, da Constituição Federal, e nos termos da Portaria nº 520/92, firmada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, vem propor a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA contra MUNICÍPIO DE, pessoa jurídica de direito público interno, unidade e capital do Estado de, DOS FATOS 1 - Chegando ao conhecimento da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, do Centro das Promotorias da Coletividade, através de denúncia, que a prefeitura municipal pretende iniciar obras de urbanização da Praia, foi instaurado, que objetivava a verificação do cumprimento da legislação ambiental e adoção das alternativas tecnológicas menos danosas ao ambiente. 2 - Vindo aos autos do Inquérito Civil Público o projeto de urbanização, este prevê: " - urbanização de FAIXA DE MARINHA, na extensão de 3.000 metros, com largura de 33 metros, tendo área de 99.000 metros quadrados, iniciando na rua, no local denominado Praia, sendo usada a linha preamar média (início da vegetação) como origem de locação da faixa de 33 metros". A avenida terá comprimento total de 3.000 metros e largura de 30 metros assim distribuída: a - duas pistas de rolamento com largura de 7 metros cada; b - bolsões para estacionamento de veículo a 45° com 3.50 a 7 metros de largura e áreas de estacionamento para ônibus de turismo; c - canteiro central com largura variável de 3.50 a 7 metros; d - passeio lateral junto aos lotes com largura variável de 3.50 a 7 metros; f - a faixa remanescente com 3 metros de largura não será pavimentada sendo mantida sempre que possível a vegetação como elemento natural de proteção". 3 - Comprovou-se, ainda no Inquérito Civil Público, que a Protesta-se pela produção dos meios probatórios admitidos no texto da lei a serem especificados oportunamente. Dá-se à causa, para todos os efeitos, valor inestimável. Local e data Promotor de Justiça INQUÉRITO POLICIAL - REFINARIA DE PETRÓLEO - ESTABELECIMENTO POLUIDOR - AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL - EMISSÃO DE FUMAÇA PRETA - POLUIÇÃO - CRIME AMBIENTAL - DENÚNCIA - MINISTÉRIO PÚBLICO - LEI 9.605/98 Exmo. Sr. Doutor Juiz de Direito da Vara Distrital de - Comarca de I.P. n. Denúncia. Consta do incluso inquérito policial que nos dias e de de, por volta das horas, na Rodovia, km., nesta cidade de, (fls. ...), Superintendente da Refinaria de -, por si, em conluio, unidade de propósitos e em favor da pessoa jurídica -, sociedade de economia mista com sede na Av., n.º, -, representada legalmente por seu Presidente, (fls.), fizeram funcionar estabelecimento potencialmente poluidor - Unidades U-220-A (craqueamento catalítico 2) e U-730-B (tocha nº 03), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, contrariando normas legais e regulamentares pertinentes, conforme documentos de fls. Consta dos autos que a, refinaria da, vinha, funcionando as Unidades U-220-A (craqueamento catalítico 2) e U-730-B (tocha nº 03), sem licença ou autorização da Cetesb, pois não atendia e não preenchia as exigências legais feitas nas licenças anteriores que contemplaram o projeto inicial, provocando emissões de "fumaça preta", material particulado e outras substâncias poluentes em desacordo com normas legais e regulamentares. Com isso, funcionando irregularmente, as unidades causaram poluição atmosférica, sendo objeto de autuações e penalidades administrativas, além de outros inquéritos policiais. Consta também, ter vencido a Licença Precária e,

mesmo assim, a continuou funcionando as unidades mencionadas. Pelas razões acima, no dia/....../....., o Eng. esteve na refinaria e determinou que as unidades U-220-A e U-730-B fossem paralisadas, não sendo atendido. No dia/....../....., retornando à, apresentou para o, impondo multa pela desobediência e determinando formalmente a paralisação das unidades. E m seguida, entregou o Auto para o Superintendente Ato contí